

“ Quanto mais a União participar das ações da Petrobras, mais o povo brasileiro vai ganhar



O especialista em petróleo Fernando Siqueira fala sobre os benefícios da Capitalização da Petrobras e critica a política de RH da empresa

Páginas 4 e 5



Novos Desafios do Mundo do Trabalho

SENGE-RJ realiza seminário, avalia a história de luta dos trabalhadores e as metas para o futuro

Páginas 6, 7 e 8



Revisão de aposentadoria

O advogado Leonardo Branco recebe, no SENGE-RJ, engenheiros aposentados que desejam rever os cálculos do benefício. **Página 12**

Segundo turno: Dilma no ataque

Para quem acompanhou todo o desenrolar da campanha eleitoral presidencial no primeiro turno e esperava que a mesma monotonia e desinteresse se repetissem no segundo turno foi uma grata surpresa o debate da TV Bandeirantes.

Dilma resolveu responder de imediato toda sorte de provocação contra ela, principalmente aquela que circula com muita desenvoltura na internet. Também, de uma vez por todas, ela partiu para o ataque tentando estabelecer uma nítida separação entre o seu programa e o projeto privatista e dilapidador do patrimônio público, levado a efeito pelo governo FHC, tendo por acólito seu ministro do planejamento José Serra. Ele pode ser visto em fotos dos jornais e revistas da época batendo o martelo, juntamente com os principais beneficiários da “privataria” e até cumprimentando efusivamente a “musa da privatização”, a Sra. Elena Landau.

É de todo incompreensível, como até hoje não se tenha aberto os arquivos desses processos escusos e das “tenebrosas transações” por trás das privatizações da Vale do Rio Doce, da Light e de todas as empresas de distribuição de energia privatizadas durante o governo FHC. Foi também um erro do governo LULA ter mantido uma série de contratos lesivos aos interesses do país e que continuaram a vigorar no setor elétrico, além de ter adotado o modelo das “agências reguladoras” o complemento perfeito para as empresas privatizadas, como estava previsto pelo receituário neoliberal.

A mudança do discurso de Dilma no segundo turno pode ter impactos significativos no seu governo, caso ela seja eleita. Em sua última entrevista, ela também se queixou da qualidade da política existente e voltou a colocar uma prioridade na reforma política. Esperamos que isto, de fato, concretize-se, elevando o nível geral da política e neutralizando o facciosismo de certos setores da mídia.

Mudanças no transporte urbano são urgentes

O assunto do momento é o resultado das eleições. Por conta do processo eleitoral, ouvimos, nos últimos meses, muitas promessas dos candidatos e, particularmente aqui no Estado do Rio de Janeiro, é importante chamar a atenção para os compromissos assumidos pelo Governador reeleito para melhorar o sistema de transportes coletivos, principalmente o sobre trilhos, única forma possível de reverter o caos atual no transporte da população fluminense.

Tanto nas barcas, no metrô e nos trens, privatizados entre 1997 e 1998, as promessas de que haveriam serviços melhores, ampliação da oferta, conforto para os passageiros e tarifas módicas, mostraram-se falsas. Apesar do absoluto fracasso do modelo vigente e de uma Agência Reguladora (AGETRANS) inoperante, que não fiscaliza, o Estado que é o Poder Concedente fecha os olhos e tapa os ouvidos e prolonga concessões antes da metade do tempo definido nos contratos.

O metrô, que já foi o meio de transporte mais elogiado da cidade, de segunda à sexta, está superlotado nos horários de maior deslocamento das pessoas, as variadas panes se tornaram comuns: vagão desgatando do resto da composição, ar condicionado que não funciona nos dias mais quentes, composição cheia de passageiros trafegando na linha errada, defeitos paralisando o tráfego, portas de vagões que não fecham, passageiros presos nos vagões, ou tendo que andar pelos trilhos. Reflexos do descaso da concessionária com a manutenção preventiva e com a população que necessita desse transporte.

Nos trens da Supervia os mesmos problemas: falhas na sinalização paralisam trens, princípios de incêndio em vagão, socos e pontapés nos passageiros, descarrilamento de vagões, trens enguiçados na linha férrea, ou trem fantasma trafegando sem maquinista, passageiros aglomerados nas estações, ou tendo que caminhar pelos trilhos.

Melhorias, certamente terão de ocorrer com a entrada em operação de trens novos já adquiridos e outros em andamento, e com os investimentos, apesar de duvidosos, prometidos pela concessionária.

Mas, tudo isso ainda é pouco para o tamanho do problema. Por esse motivo, o SENGE-RJ tem debatido o assunto, escutado especialistas, denunciado a necessidade de prioridade para o transporte coletivo sobre trilhos, alertando que mudanças urgentes precisam acontecer já, pois, certamente, a grande oportunidade dos investimentos conjuntos dos Governos Federal, do Estado e do Município do RJ para os megaeventos da

Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 podem transformar a difícil realidade atual.

Nesse sentido, as propostas colocadas no material “Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no RJ”, produzido pelo SENGE-RJ, elaboradas por profissionais do setor, entre eles diretores do Sindicato, estão na nossa “ordem do dia”, pois precisam ser discutidas, com objetividade e transparência, por serem contribuições importantes que podem resultar em condições melhores para atender às necessidades da população do nosso Estado.

A DIRETORIA

Tanto nas barcas, no metrô e nos trens, privatizados entre 1997 e 1998, as promessas de que haveriam serviços melhores, ampliação da oferta, conforto para os passageiros e tarifas módicas, mostraram-se falsas.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Proposta para o transporte ferroviário

O SENGE-RJ lança publicação que, ao pensar problemas das grandes cidades, apresenta soluções

Dando continuidade ao debate sobre o importante tema do transporte no Estado do Rio de Janeiro, o SENGE-RJ publicou, com o apoio do CREA-RJ, o trabalho “PROJETO CENTRAL – Aceleração do Transporte Ferroviário no RJ”, elaborado pelo grupo de profissionais dedicados ao estudo do setor: Jorge Saraiva da Rocha (diretor do SENGE-RJ e engenheiro da CENTRAL), Luiz Antonio Cosenza (diretor do SENGE-RJ e vice-presidente do CREA-RJ), Tânia Regina Ferreira (assistente social da Central e diretora da REFER), Sidney de Paula e Silva (ex-diretor do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil).



Divulgação

Os trens da Supervia são um dos meios utilizados para o transporte urbano, com trânsitos diários

O drama hoje enfrentado pela maioria da população do Estado, no caos do trânsito e com os problemas diversos noticiados praticamente todos os dias pelos jornais, no metrô e nos trens urbanos, tornam grande a expectativa em torno dos megaeventos da Copa do Mundo de 2014, que terá jogos importantes no RJ, e das Olimpíadas em 2016, com sede na cidade, que precisará de consideráveis investimentos para projetos que, de fato, possam me-

lhorar o sistema de transporte de massas fluminense.

O trabalho, que recentemente foi entregue pela CUT-RJ ao atual Governador, é certamente uma importante contribuição para a formulação de uma política pública para o setor, que vise melhorar a vida da população.

Estudos recentes do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – mostram que boa parte da população do Estado do Rio de Janeiro

abriga-se à noite nas calçadas do centro da cidade para dormir, porque não tem como pagar as tarifas de ônibus, que cada vez mais pesam no seu orçamento.

A matriz de transporte do RJ, segundo o Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana /2003, registrou que o transporte rodoviário é responsável por cerca de 92% das pessoas transportadas, enquanto 4% são usuários do metrô, 1 % das barcas, e somente 3% utiliza os trens, quadro que se agrava diariamente, aumentando os engarrafamentos, o desconforto com a superlotação, e que não tem sustentação a médio prazo e, muito menos, a longo prazo.

• Leia mais sobre o “Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no RJ”, no link: http://www.sengerj.org.br/extras/projeto_central.PDF

SENGE-RJ realiza pesquisa de perfil da categoria

O Sindicato dos Engenheiros vem dando ampla divulgação ao trabalho de pesquisa que está em curso até o fim de novembro, sobre o Perfil do Profissional de Engenharia, feito em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura / CREA-RJ e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE.

A finalidade dessa importante pesquisa é, com base nos dados levantados, definir políticas e ações que visem atender às reais necessidades dos engenheiros. Iniciada em setembro, ela irá, até o final do mês de novembro, coletar informações de 2 mil profissionais com registro no CREA-RJ, que foram escolhidos por sorteio e com os quais um entrevistador credenciado irá fazer contato, buscando acertar local, data e hora, de

melhor conveniência do profissional para a entrevista. As entrevistas não são identificadas e o seu tempo médio de duração é de 30 minutos.

O profissional que for procurado por um dos entrevistadores deve fornecer as informações solicitadas, contribuindo, assim, para que o SENGE-RJ possa melhorar seu trabalho em defesa dos engenheiros e da engenharia. Toda e qualquer dúvida ou necessidade de mais informações podem ser esclarecidas por telefone, bastando fazer contato com o SENGE-RJ, nos telefones (21) 3505-0728 / (21) 3505-0710.

O SENGE-RJ conta com a participação e a colaboração de todos.

Mais informações:
<http://www.sengerj.org.br/extras/perfildosengenheiros1.jpg>



INFORME DO JURÍDICO

SMP: Nova vitória na Rio Trilhos

O SENGE-RJ ganhou ação em primeira instância contra a Rio Trilhos em defesa do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros. Apesar da Rio Trilhos ter entrado com recurso em segunda instância, a sentença foi confirmada, dando novamente vitória ao SENGE-RJ. Trata-se de uma ação coletiva, na qual o autor é o Sindicato dos Engenheiros, substituindo processualmente todos os engenheiros empregados da Rio Trilhos, associados ou não ao SENGE-RJ.

É importante lembrar, conforme noticiamos no JE de setembro, que o SENGE-RJ ganhou também outra ação judicial a favor do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros, contra a Central Logística.

SEM RESPOSTA

Processo do SENGE-RJ contra licitações da Linha Três do Metrô se arrasta na justiça

O SENGE-RJ, em 2002, denunciou na justiça o não cumprimento da legislação em vigor nas licitações feitas para a construção e operação da Linha Três do Metrô (Rio – Itaboraí). Na ocasião, não houve a necessária previsão de recursos orçamentários para a licitação, o que seria uma exigência da legislação em vigor.

O gerente jurídico do Sindicato, Luiz Fernando Contreiras, explica que, apesar de passados mais de 8 anos, o

processo continua tramitando na justiça e encontra-se em fase de instrução, ou seja, ainda estão sendo levantados os fatos e produzidas as provas, para que o juiz possa proferir um julgamento.

Luiz Fernando afirma que há fatores que contribuem para a demora na conclusão do processo: a complexidade do assunto e o fato do processo ter 3 réus (o Estado, o ex-governador Anthony Garotinho e o então Secretário Estadual de Transportes, Albuíno Azeredo) e, ainda, a participação do Ministério Público na ação. Além disso, o Estado tem a prerrogativa de ter os prazos processuais contados em dobro, o que faz o processo ser ainda mais demorado.

CAPITALIZAÇÃO DA PETROBRAS

O especialista em petróleo Fernando Siqueira explica a importância da Capitalização e critica a política de RH da Petrobras

Fernando Siqueira é engenheiro eletricitista, especialista em petróleo, presidente licenciado da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) para a campanha eleitoral, presidente do Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Petros, vice-presidente do Clube de Engenharia. Em entrevista ao Jornal do Engenheiro, afirma que a Capitalização da Petrobras é muito importante, porque aumenta a participação do governo na Petrobras. “Quanto maior o percentual de ações que o governo tiver na empresa, mais esse lucro reverte para os acionistas e para o governo brasileiro, portanto para o povo brasileiro”, declara Siqueira.

O especialista em petróleo explica também a sugestão para eliminar os riscos da Capitalização, que fez na Câmara Federal, em Audiência Pública, que foi aceita por todos os presentes, mas, segundo ele, não foi acatada pelo relator por pressão de interesses estrangeiros.

Siqueira fecha a entrevista com uma crítica forte à política de RH da Petrobras: “A política de RH é o maior desastre da Petrobras”, afirma.

Por que a Capitalização é necessária?

– A capitalização visa captar recursos para a Petrobras, porque ela foi designada pelo governo para ser operadora de todos os Campos. Isso é uma função muito boa, porque a Petrobras é a que mais compra equipamentos no país, é a que mais contrata mão-de-obra brasileira e gera tecnologia. Para que a Petrobras exerça esta função sem atropelos, sem pagar muito caro pelos recursos financeiros, então a capitalização é uma forma de captação de recursos mais baratos, para dar à Petrobras as condições financeiras de exercer esta tarefa muito nobre que é produzir todos os Campos.

O desfecho da Capitalização, até agora, foi muito bom, porque aumentou a participação do governo na Petrobras. Quando Fernando Henrique Cardosos assumiu, o governo tinha 60,5% das ações do capital total e o Fernando Henrique vendeu 36% na bolsa de Nova Iorque por um valor irrisório de 5 bilhões, hoje esses títulos valem mais de 100 bilhões. Então, agora, o governo retomou um percentual de cerca de 10%, tinha 38,5%, passou para 48,5% do capital total, embora a União já detivesse 57% das ações ordinárias com direito a voto. Portanto, o governo é que tinha a decisão sobre a Petrobras. Mas é importante porque o Pré-Sal vai gerar muitos dividendos, quanto maior o percentual de ações que o governo tiver na empresa, mais esse lucro

reverte para os acionistas e para o governo brasileiro, portanto o povo brasileiro.

Por que a capitalização é fundamental para que a Petrobras seja, conforme a nova legislação, a operadora de todos os campos do Pré-sal?

– Pela nova proposta do governo, a Petrobras vai ser a responsável pela produção de todos os Campos. Inicialmente, ela precisa de recursos financeiros para isso, porque, embora o Pré-Sal seja auto-sustentável, a medida que ele vai produzindo, ele vai gerando recursos, há uma necessidade de investimentos um pouco antes, uns 5 anos antes, para fazer os investimentos para comprar equipamentos, perfuração, produção, barcos de apoio. Enfim, equipamentos e materiais necessários a esta produção. Então demora um pouco o retorno, mas também, quando vier, será um retorno fantástico.

E, a medida que o tempo avança, há uma tendência internacional de subida do preço do petróleo, e de subir muito, porque nós estamos atingindo um pico de produção mundial. Há uma curva recentemente tirada do site www.lifeaftertheoilcrash.net, que mostra que estamos com uma produção diária de 82 milhões de barris por dia e, já em 2020, vai cair para 60 milhões, em 2030 cai para 30 milhões. E não há perspectivas de novas descobertas. Portanto, como há uma dependência irresponsável dos países desenvolvidos sobre o petróleo, haverá um recrudescimento da luta pela posse do Petróleo, com isso, os preços deverão disparar e é possível que haja até uma crise mundial, em função da insegurança energética em que os países estão.

Por exemplo, os Estados Unidos têm 30 bilhões de barris de reserva e consomem 10 bilhões por ano, 1/3 do que ele tem de reserva. Então, acaba invadindo o Iraque, Afeganistão, correndo atrás de petróleo. E, certamente, reativou a quarta frota naval americana, quando o governo brasileiro anunciou o Pré-Sal. O argumento do Bush, na época, foi que era preciso proteger o Atlântico Sul. No Atlântico Sul há o Brasil e a Argentina, mas a Argentina já desnacionalizou o petróleo, portanto o destino da quarta frota americana é exatamente pressionar o Brasil pelo Pré-Sal. Então, o fato da Petrobras ser operadora é muito auspicioso, porque ela investe no país, gera tecnologia, gera desenvolvimento e gera divisas para o governo brasileiro. Para isso, ela precisa se capitalizar e com o custo mais barato possível do capital. Essa consequência de elevação da participação do governo no total das

ações da empresa é auspicioso, um efeito positivo e ainda há possibilidade da Petrobras vender mais ações e o governo comprar mais.

Para nós, da Aepet, e como brasileiros, gostaríamos de voltar à era pré-FHC, quando o governo brasileiro tinha 60,5% das ações e 87% das ações com direito a voto.

Sem o processo de capitalização, a empresa teria muita dificuldade de assegurar o programa de investimento que desenhou em seu plano de negócios?

– Não. O Goldman Sachs, que é um analista internacional de empresas, classificou a Petrobras e a Vale do Rio Doce entre as 10 empresas mais viáveis do planeta. A Petrobras, além disso, pelo fato de deter reservas do Pré-Sal, é a mais viável das petroleiras, porque ela tem um ativo, que é o petróleo, que cada vez mais é o ativo mais sólido para garantir pagamento de dívidas, porque o ouro, por exemplo, oscila, mas o petróleo só vai subir. A Petrobras tem o ativo mais valioso do planeta para garantir empréstimo. Como o Sistema Financeiro Internacional vive de empréstimos, é tranquilo que a Petrobras poderia captar no mercado internacional sem a capitalização. Mas a capitalização é um capital mais barato e, além disso, há o fato auspicioso, que foi, ao meu ver, uma intenção do governo, de aumentar a participação da União nas ações da Petrobras.

E se a capitalização não chegar aos 50%, será muito ruim?



Não altera muito, porque o governo já tem a maioria das ações com direito a voto, que são as mais importantes, o que dá a ele o poder de decisão. Mas, quanto mais a União participar das ações da Petrobras, mais o povo brasileiro vai ganhar com isso, porque a Petrobras passa a ser uma empresa cada vez mais do povo brasileiro.

O senhor fez uma sugestão na Câmara Federal, em Audiência Pública, que foi aceita por todos, mas não foi acatada pelo relator. Trata-se de uma proposta que simplificava o processo de capitalização e eliminava seus riscos.

– Quando se avalia o petróleo na jazida, a tendência internacional é que essa avaliação seja baixa, porque todos esses analistas internacionais trabalham para o cartel internacional comprando reservas, então eles têm uma tendência a sub-avaliar os preços. Quando há um preço de referência, como agora, para avaliar as reservas, sempre há o risco do proprietário das reservas perder. Claro que há um risco pequeno da empresa perder também, mas é muito menor, quando se estabelece um preço de oito dólares por barril para servir de referência para a capitalização. Se o petróleo subir, a União perde e Petrobras ganha. Se o preço descer, a Petrobras perde e a União ganha. Mas a hipótese do preço cair é muito difícil, muito remota, então a tendência é o acionista majoritário, no caso a União, perder.

A minha sugestão na Audiência Pública foi que, para que ninguém perdesse, estabelecido o preço, por exemplo, de oito dólares por barril, quando a Petrobras

Júlia Gaspar



FERNANDO SIQUEIRA: “quanto mais a União participar das ações da Petrobras, mais o povo brasileiro vai ganhar, porque a Petrobras passa a ser uma empresa cada vez mais do povo brasileiro”.

produzir o petróleo e for comercializá-lo, faz-se um apinhado, pega-se o preço de venda, abate os custos de produção, custos financeiros envolvidos, fluxo de caixa, o lucro, abate todos os parâmetros econômicos e chega a um valor real do preço. Por exemplo, digamos que, abatido tudo, chegamos a 15 dólares, então a Petrobras pagaria à União os sete dólares de diferença. Feitas todas as contas, se o preço final chegar, por exemplo, a cinco dólares, a União ressarciria três dólares para a Petrobras. Então, não haveria riscos, ninguém perderia. Faria-se a negociação pelo preço real no momento da comercialização.

O estranho é que, quando eu coloquei esta proposta, houve uma aceitação generalizada, diria até que um alívio do presidente da comissão, que disse que precisavam de um mecanismo assim para ficarem tranquilos, para a capitalização ser justa e sem riscos. Só que o relator não incluiu no relatório.

Por que o senhor acha que o relator não incluiu? Esquecimento?

– Não, eu acho que foi proposital, alguém pressionou para não colocar, porque, por exemplo, o acionista estrangeiro da Petrobras estava lá, como todo o cartel internacional, fazendo emendas safadas contra o projeto do governo. Eles estavam lá para garantir a sua vantagem. Possivelmente, foi isso que impediu que a sugestão fosse incluída no relatório.

Não é contraditório a Petrobras estar fazendo uma capitalização significativa dos seus investimentos e a política de RH da empresa não incluir os aposentados?

– A política de RH da Petrobras é uma das piores da nossa história. Infelizmente, o gerente de RH não foi nomeado por competência, mas por militância. E ele é muito ruim, não conhece os Recursos Humanos. Eu tenho dito várias vezes, ele reclama que eu bato muito, mas tem que bater, porque o RH é o bem mais precioso que a Petrobras tem. O conhecimento tecnológico é que fez esta empresa líder mundial em tecnologia, em desenvolvimento, em pesquisa. Então, o RH deveria ser tratado com um carinho especial, mas este gerente de RH vem de um sindicalismo, no qual era o eterno brigador contra a empresa e foi para o outro lado achando que já conhece tudo, que tem que bater nos sindicalistas. É uma política absolutamente canhestra, caolha.

Eu fiz três cartas para o presidente da Petrobras. Nos últimos seis concursos de empresas estatais

brasileiras, todos eles têm o salário inicial médio dos profissionais de nível superior, em torno de 11 mil reais. A Petrobras tem o salário dos profissionais de nível superior em torno de 5.200 reais. Menos da metade da média dos salários das grandes estatais. Se a Petrobras não concorre em termos de RH salariais com as empresas estatais, imagina se vierem empresas estrangeiras produzir o Pré-Sal. Vai perder todos os seus engenheiros, geólogos e todos os profissionais de nível superior vão embora, porque, certamente, se as estatais brasileiras pagam o dobro, as empresas concorrentes estrangeiras vão pagar quatro vezes mais.

Além disso, o RH acabou com um único fator de retenção de técnicos, que era um Plano de Previdência Complementar muito bom. Fechou o plano e os empregados novos estão em um plano que todas as empresas têm. O único fator de retenção de técnicos foi desmontado e, salarialmente, está absolutamente achatada, incompetentemente conduzida pela política de RH. É uma incompetência do setor de RH da Petrobras.

Além disso, dar um abono salarial de 60% somente para os gerentes às vésperas de um acordo salarial é um tiro no pé, é uma agressão à motivação dos outros empregados.

Então o problema não é só com os aposentados, quem entra agora na empresa também está sendo prejudicado?

– Os aposentados têm, no plano antigo, um vínculo entre o salário dos aposentados e da ativa. Então, estão havendo fraudes salariais, dando abonos e outros artifícios para os ativos, para não dar o aumento aos aposentados. Esquecendo que, um empregado novo, vendo o que está acontecendo com os aposentados hoje, vai arrumar uma maneira de sair da Petrobras para ter mais garantia salarial.

Então, além do achatamento salarial absolutamente negativo, ainda tem o fato de atrapalhar um dos maiores trunfos que a Petrobras sempre teve que foi o espírito de corpo do seu pessoal, ou seja, as pessoas se sentiam felizes de trabalharem lá, porque sentiam que, trabalhando na Petrobras, estavam engrandecendo a nação. O RH está matando esta grande vantagem comparativa que a Petrobras tinha.

Além disso, hoje, a Petrobras tem mais de 300 mil terceirizados, o que é um perigo para a subsistência da empresa, é ruim para os terceirizados, que não têm segurança e é ruim para a Petrobras, porque a tecnologia passa a ser giratória. A política de RH é o maior desastre da Petrobras.

DESAFIOS DO TRABALHO

O SENGE-RJ realizou o Seminário “Novos Desafios do Mundo do Trabalho”, com palestrantes de referência no Brasil e no exterior

O Seminário “Novos Desafios no Mundo do Trabalho”, promovido pelo SENGE-RJ, em parceria com o CREA-RJ, o IPPUR/UFRJ, o DIEESE, STIU/DF e ABERGO, aconteceu no auditório do Sindicato, dia 28 de setembro. A programação teve início às 15 horas, com a oficina sobre o Mundo do Trabalho, com abertura do professor da Universidade de Paris Oeste, sociólogo e referência no Mundo do Trabalho, François Vatin, tendo como tema “Avaliação do Trabalho e Valorização Econômica”, em seguida as apresentações sobre “Evolução do Conceito Físico de Trabalho”, “Ergonomia e Segurança do Trabalho”, e “Trabalho e Integração Regional”, tendo como palestrantes, respectivamente: o diretor do SENGE-RJ e professor da UFRJ, Agamenon Oliveira; o professor da pós-graduação em informática e da escola Politécnica/UFRJ José Orlando Gomes; e o engenheiro eletricitista da Eletrobras Silvano José da Silva.

O Seminário foi encerrado com um debate bastante concorrido, de 19 até às 22 horas, sobre “O Futuro do Trabalho”, tendo como debatedores o professor François Vatin e o sociólogo e professor da Unicamp Ricardo Antunes, que discutiram as profundas mudanças na organização do trabalho, acarretando novas formas de gerenciamento do conhecimento tecnológico, com novas necessidades para os profissionais de engenharia, tecnólogos e todos aqueles que trabalham diretamente com a produção e difusão do conhecimento tecnológico.

Ergonomia para um futuro melhor

José Orlando Gomes, professor da pós-graduação em informática e da escola Politécnica/UFRJ, afirma que há a necessidade, no Brasil, de conhecer o trabalho real das pessoas. Ele explica que a ergonomia tem as ferramentas e

técnicas para isso. “E é isso o que está faltando no Brasil, fazemos projetos de postos de trabalho mais adequados e produtos que sejam mais apropriados às características humanas. Por exemplo, quando acendemos um fogão, qual é o queimador que corresponde ao botão? Tem um problema de interface nesse caso. Todos erram, porque deveria ser projetado da seguinte maneira: usar cada queimador de uma cor, que corresponderia a mesma cor do botão. Ou poderia numerar os queimadores e os botões, ficaria muito mais fácil. Isso que é ergonomia, o campo da ciência para aliviar a existência da cansaça humana”.

José Orlando explica que o objetivo central do seu trabalho é estudar o ser humano realizando a atividade de trabalho, para compreender o trabalho humano através deste viés, em profundidade. “Precisamos garantir o reprojeto do trabalho das pessoas. E, ao mesmo tempo, extrair uma teoria acerca da atividade humana, para projetar a fábrica do futuro, as empresas do futuro, as casas do futuro, o transporte do futuro e assim por diante. Além de modificar tudo o que nós temos no presente”.

Energia própria para os sul-americanos

Silvano José da Silva, engenheiro eletricitista da Eletrobras tem a abordagem sobre a necessidade de energia sul-americana. “Todo o nosso padrão de desenvolvimento tecnológico e energético está relacionado com hidrocarbonetos, carvão, energia fóssil. Isso não é da nossa cultura, apesar da Petrobras ter descoberto grandes reservas, sob difícil extração. E nós temos o sol, temos uma cultura, desde os índios e pré-colombianos, de energia solar, da água e dos ventos. Temos que tirar energia do lugar e das fontes que nos são próprias e que são mais convenientes, ou seja, sol, vento, água e fotossíntese da biomassa. Os sul-americanos deveriam investir neste tipo de energia ao invés de ficar

atrás de petróleo e ficar copiando toda a civilização ocidental, de produtos, plásticos e coca-cola.

Mas o engenheiro enfatiza: “não estou dizendo que não devemos desenvolver e explorar energia de petróleo, nuclear, sou a favor de pesquisas de desenvolvimento em todas as áreas. O que nós não podemos é ficar dependentes disso para as nossas necessidades reais”.

Olhar interdisciplinar sobre o trabalho

Agamenon Oliveira, diretor do SENGE-RJ e professor da UFRJ, faz uma abordagem sobre a questão do trabalho como uma ação física, remetendo para um campo de investigação diferente, fora da economia política, mas



“ Se a sociedade que nós quer esta, o futuro do trabalho a uma destrutividade crescer mesmo trabalho

RICARDO ANTUNES
Sociólogo e Prof. da Unicamp



Arte sobre cena do filme Tempos Modernos de Charlie Chaplin

Júlia Gaspar



O lazer coletivo está diminuindo e estão aumentando as atividades individuais, o que limita o trabalho social

FRANÇOIS VATIN
Sociólogo e Prof. da Universidade de Paris Oeste



Júlia Gaspar

Júlia Gaspar



eremos for está ligado cente deste



O trabalho é uma atividade interdisciplinar, com uma série de interfaces das ciências da natureza e humanas

AGAMENON OLIVEIRA
Diretor do SENGE-RJ e Prof. da UFRJ

bastante interdisciplinar, da matemática, da física, da história da ciência, ciências da natureza. “Quando se faz isso, tem-se uma série de interfaces que são importantes de se fazer, não só com a economia, mas com a sociologia, com a história e várias outras disciplinas, utilizando dois campos, o da ciência da natureza e o campo das ciências humanas, como a história, sociologia e economia”.

A sociedade que queremos

Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Unicamp, afirma que o futuro do trabalho está diretamente relacionado com qual a sociedade que queremos no presente e no futuro. “Se a sociedade que nós queremos for esta, o futuro do trabalho está indissolúvelmente ligado a uma destrutividade crescente deste mesmo trabalho. Cada vez mais um trabalho é precarizado, sem direitos. Mesmo nos setores de ponta, das chamadas tecnologias de informação, no chamado infoproletariado, que tem a aparência de estar no topo, mas evidencia condições, nas quais a corrosão e a erosão dos direitos é visível”.

Ricardo Antunes considera que o trabalho que estrutura o capital destrutura a humanidade. Na contraposição, ele diz que o trabalho que destrutura o capital estrutura a humanidade. “Se a sociedade não for capaz de romper com a ordem do capital hoje dominante, eu vou voltar daqui a 10 anos e vou dizer que, em 2020, a situação do trabalho é mais brutal, mais degradada, os bolsões de miserabilidade, de precarização serão mais acentuados. Se, em contrapartida, a humanidade tomar o desafio de tocar no sistema de metabolismo social do capital, de enfrentar o caráter destrutivo da sociedade, de repor a questão, em última instância, do novo modo de produção e de vida, isso nos obriga a pensar o socialismo no século XXI?”

Antunes explica que esta possibilidade societal reporá o desafio que está

presente em um título do seu livro, que é uma metáfora, ‘O caracol em sua concha’. Ele conta que Karl Marx usou no ‘O Capital’ esta expressão: “O trabalho, se ele é separado dos meios de produção, é o mesmo que separar o caracol de sua concha”. Ricardo Antunes diz que o caracol não vive sem a sua concha, portanto separar o trabalhador dos meios de produção seria separar o caracol de sua concha. Ele declara: “o desafio do século XXI é como recuperar a relação íntima que há entre o caracol e sua concha. O trabalho e os meios de produção. Isso impõe uma luta societal, com claro sentido anti-capitalista, claramente contrária a esta lógica destrutiva. Se o mundo do Capital, tal como nós conhecemos hoje, continuar sendo o ‘modus operandi’ da sociedade, nós vamos intensificar os níveis de precarização que temos hoje. Por isso que o desafio do futuro do trabalho está intimamente ligado a que sociedade nós queremos”.

Trabalho sob um olhar francês

François Vatin, professor da Universidade de Paris Oeste, sociólogo e referência no Mundo do Trabalho, explica que o desempregado é dessocializado, pois o assalariamento é a forma mais importante de socialização.

Ele fala sobre o espaço privado e o espaço público, exemplificando: “a TV, na primeira fase, era coletiva, afinal as pessoas se reuniam em torno dela. Depois, houve a privatização da tela, para que cada um tivesse a sua. Antes, era muito caro ter uma linha telefônica e quem tinha adquiria algum tipo de controle. Hoje, cada um tem a sua e não há o controle de cada uma. Se perguntar, ninguém quer voltar atrás, pois há comodidade, é por isso que o mercado tem vantagens nas trocas, pelas relações de interdependências, de envolvimento pessoal”.

François Vatin afirma que o mercado é liberador, pois se o indivíduo paga, ►



não deve nada a ninguém. Ele considera que é mais fácil pagar do que ter uma relação de dependência, de dívida. “O mercado tem caráter liberador, é a relação de impessoalidade”.

O especialista francês considera que, hoje, há um engajamento do trabalho do homem com a natureza mais do que em qualquer outra época. E diz que esta relação é muito importante. “O homem interage com a natureza mediado pela técnica, desde a sua origem. Se compararmos o homem que corta uma árvore com um machado e com uma serra elétrica, o que corta com a serra elétrica faz menos força no trabalho, mas cortará mais árvores, isto é desmaterialização do trabalho.

Há o envolvimento corporal e o envolvimento para transformar a natureza. Não é porque teve um esforço corporal menor, que diminui a ação do homem com a natureza”. Vatin diz que há uma tentativa de tentar enfraquecer a relação do homem com a natureza, quando se fala em desmaterialização do trabalho, mas garante que não enfraquece.

François garante que é preciso analisar, em casos de acidentes no trabalho, o círculo de ações e decisões que culminaram no acidente, ou seja, fazer uma conclusão sobre o estado da natureza, o trabalho que se distribui. Por exemplo, no caso de uma explosão em uma fábrica, os empregados tiveram contato com o produto químico que causou a explosão. O motivo da explosão seria o funcionário que misturou dois produtos (ponto de vista puramente material). Feita uma análise sobre a ‘árvore das causas’, distribuindo as responsabilidades e remontando o acidente, pode-se pensar melhor em quais as causas que provocaram este resultado, ao invés de se limitar a culpar um operário.

O especialista afirma também que o que define o trabalho é uma projeção no tempo. O trabalho humano seria uma projeção do futuro, do que vai ser realizado. “Por exemplo, se analisarmos a abelha e o arquiteto, o arquiteto tem a visão da casa antes de ser construída, enquanto a abelha não tem”.

Vatin garante que não é a energia do cérebro que produz a fadiga, esta seria produzida quando o indivíduo concentra a atenção em uma atividade restrita. E afirma que o trabalho abstrato contribui para mudar o mundo. Para o especialista,



“**Falta no Brasil fazermos projetos de postos de trabalho mais adequados e produtos que sejam mais apropriados às características humanas**

JOSÉ ORLANDO GOMES
Engenheiro e Prof. da UFRJ



“**Temos que tirar energia, principalmente, das fontes que nos são próprias e mais convenientes: sol, vento, água e fotossíntese da biomassa**

SILVANO JOSÉ DA SILVA
Engenheiro Eletricista da Eletrobras

Especialistas discutiram as mudanças na organização do trabalho, acarretando novas formas de gerenciamento do conhecimento tecnológico e novas necessidades para os profissionais

o trabalho deve ser pensado como natureza produtiva, valor produtivo.

O sociólogo considera que há confusão entre salário e assalariamento. Ele explica que o trabalho é mais que o quadro salarial, diz que salário é a perspectiva da classe que produz valor e assalariamento é o quadro social no qual se insere o trabalho. “Se adotamos uma definição de trabalho, um contexto antropológico, esta questão não faz sentido. O assalariamento é uma forma historicamente datada e pode acabar”.

François Vatin define trabalho se apoiando em Marx, abordando a relação

do homem com a natureza, como o homem transforma a natureza e transforma a si mesmo ao transformar a natureza. E diz que a relação entre homem e natureza se dá através de técnicas. “Hoje a capacidade de intervir na natureza está aumentada”, afirma.

Vatin acredita na tendência de redução da jornada de trabalho e afirma que a mesma já tem diminuído depois da segunda Guerra Mundial. Mas garante: “aumentou o tempo que se passa em frente à TV. O lazer coletivo está diminuindo e estão aumentando as atividades individuais, o que limita o trabalho social”. ■

Direção do Cepel consegue aprovar o PCR

Em assembleia relâmpago, a Eletrobras consegue aprovar o Plano de Cargos e Remuneração (PCR) no Cepel, com apoio do Sintergia. Muita coisa mudou do dia 22 para o dia 24 de setembro. Devido à rejeição do PCR no dia 22 de setembro, o Cepel apressou-se em conceder mais algumas migalhas para a aprovação do PCR. Desta forma, um estepe representando 3% do salário foi concedido para todos aqueles que estiverem enquadrados na primeira faixa de qualquer um dos quatro níveis estipulados pelo plano. Porém, o Sintergia se comprometeu a fazer as homologações de todos os empregados que migrarem para o novo plano, inclusive daqueles que não representa: os engenheiros, físicos, matemáticos, entre outros. O que foi um elemento facilitador da aprovação.

O SENGE-RJ deixou de comparecer à assembleia do dia 24 de setembro por entender que o resultado já estava pré-definido. Na análise do SENGE-RJ, está bem claro que esta condição é inaceitável, porque esta homologação no PCR é uma recusa a qualquer ação judicial que, por ventura, algum empregado queira fazer em relação ao plano.

O diretor do SENGE-RJ Agamenon Oliveira afirma que a homologação feita pelo Sintergia, de trabalhadores que ele não representa, é ilegítima. Além disso, os Acordos Coletivos que são celebrados com o Cepel são todos subscritos pelos dois sindicatos (Sintergia e SENGE-RJ), portanto o Sintergia não poderia assinar sozinho a homologação dos trabalhadores que migrarão para o novo PCR. “Será que o Sintergia pretende assinar sozinho o próximo Acordo Coletivo no Cepel?”, indaga Agamenon Oliveira.

Arquivo CUT-RJ



O diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva da Rocha assina o Protocolo de Intenções, na CUT, na presença de Darby Igayara e Neuza Pinto, presidente e vice-presidente da Central Única, e do deputado Carlos Minc.

SENGE-RJ e CUT em defesa do Meio Ambiente

A CUT e suas entidades filiadas se comprometem, cada qual, a providenciar o cumprimento das metas de neutralizar suas emissões de carbono através do plantio de mudas de árvores anualmente.

Por este motivo, no dia 20 de setembro de 2010, o diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva da Rocha esteve na CUT, na presença do presidente e da vice-presidente da entidade Darby de Lemos Igayara e Neuza Luzia Pinto e do ex-ministro de Meio Ambiente e atual deputado estadual Carlos Minc, para a assinatura do Protocolo de Intenções.

O Protocolo de Intenções visa às providências iniciais para a neutralização da emissão de carbono da CUT e dos seus filiados (entre os quais o SENGE-RJ), implantando instrumentos necessários para a devida medição anual e providenciando a devida neutralização.

O diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva da Rocha considera que “o movimento sindical tem muito a contribuir com a causa do Meio Ambiente e deve auxiliar políticas públicas para o benefício da qualidade de vida da sociedade”.

Eletronuclear não assume pagamento do SMP para os seus engenheiros

O Ministério Público convocou a Eletronuclear para assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, para que a empresa passe a pagar o Salário Mínimo Profissional aos seus engenheiros. Mas o diretor administrativo da Eletronuclear, Édno Negrini, afirmou em reunião com diretores do SENGE-RJ, que não poderia assinar o termo, porque estava cumprindo ordens da holding Eletrobras. De acordo com informações do próprio diretor administrativo da empresa, a Eletrobras será convocada para prestar esclarecimentos sobre o assunto junto ao Ministério Público. O SENGE-RJ vai acompanhar o andamento do processo junto ao Ministério Público.

SENGE-RJ discute HRA

O diretor do SENGE-RJ Gunter de Moura Angelkorte e advogados que representam o SENGE-RJ estarão em audiência na Vara do Trabalho de Angra dos Reis, dia 24 de novembro, para discussão sobre a Hora de Repouso e Alimentação (HRA) dos turnos de revezamento da Eletronuclear.

O CONTRATO

Simboliza o trato justo,
Com as partes acertadas,
Incluindo o custo,
Das tarefas a serem realizadas.

Vamos às qualificações,
Com os dados informativos,
Dos representantes das
Instituições,
Responsáveis pelo cumprimento
dos objetivos.

Eu tenho isso,
Eu preciso daquilo,
É firmado o compromisso,
Nem sempre de modo tranquilo.

O nosso caso é diferente,
Os interesses são explícitos,
Há um rumo convergente,
Nos textos jurídicos lícitos.

A cada colocação surgida,
Acompanhava uma explicação,
Prontamente atendida,
Com visível satisfação.

A conversa fluiu.
As dúvidas sanadas.
O que garantiu
As partes serem contempladas.

Agradeço a simpatia,
A atenção e a paciência
De quem sabe e confia
Na sua própria competência.

Um caminho iremos trilhar,
Sem obstáculos a deparar.
Vamos juntos compartilhar
As soluções a se encontrar.

Com o excelente início estabelecido,
O resultado já é esperado.
Mais um Acordo será concebido
O importante é que foi por nós
elaborado.

• Raul Pessoa é engenheiro civil

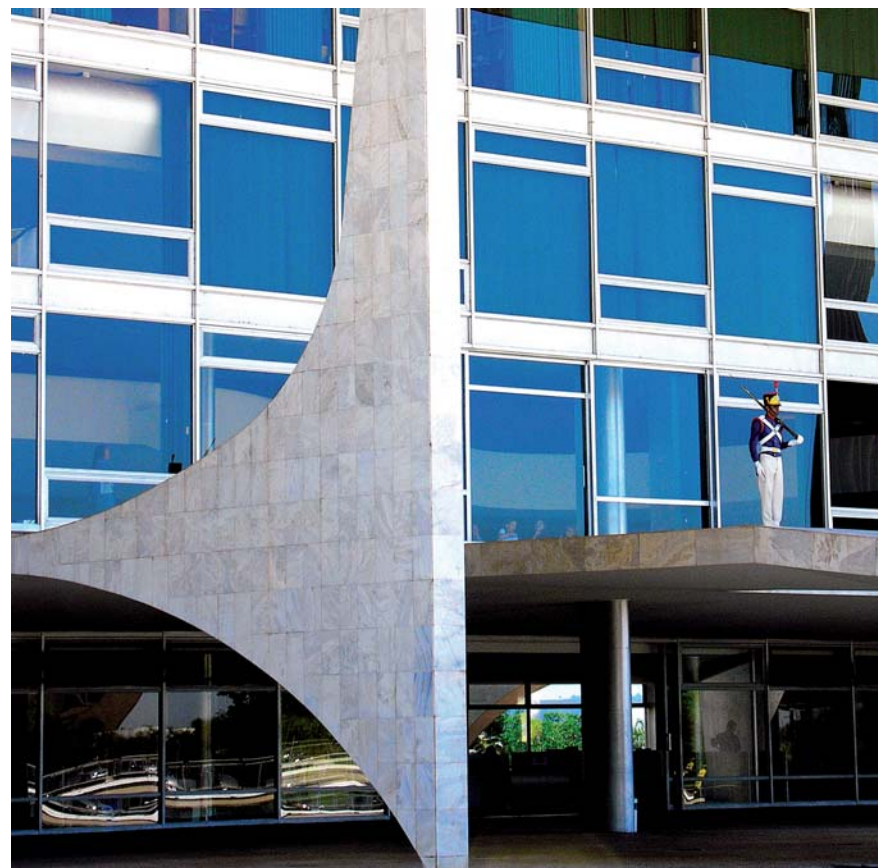


Foto do engenheiro Carlos Fonseca, do Palácio do Planalto, em Brasília

PENSAMENTO DO MÊS

“Certas pessoas, que cumprem seu dever como o vêem, precisam consultar um oculista” (J.H.Smith)

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Júlia Gaspar

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, e o então proprietário das novas salas do Sindicato, advogado Roberto Geraldo de Mello, assinam o contrato de compra e venda.

SENGE-RJ amplia suas instalações

Para melhor atender seus associados e toda a categoria, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro adquiriu novas salas, dia 13 de outubro, localizadas no mesmo edifício onde já funciona. O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, declara: “Estamos comprando um patrimônio com vistas à ampliação da nossa estrutura e de nossas atividades, para melhor servir à categoria.”

Crescem os aumentos reais nas negociações coletivas em 2010

S emestralmente, o DIEESE tem publicado o “Balanço das negociações dos reajustes salariais”, um estudo feito com base em seu Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Trata-se de um painel de informações com valor indicativo e que busca captar tendências da negociação salarial no país, não permitindo extrapolações para além dos dados apresentados, dado que não se trata de amostra probabilística¹.

No primeiro semestre de 2010, das 290 unidades de negociação² registradas no SAS-DIEESE, aproximadamente 97% conquistaram reajustes salariais iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE³, acumulada desde o último reajuste. Em 2008 e 2009, comparando as mesmas unidades de negociação, estes percentuais foram de 87% e 93%, respectivamente.

Além disso, conquistaram aumentos reais nos salários, ou seja, obtiveram reajustes acima da inflação, cerca de 88% das unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE.

Mais da metade (63%) dos rea-

justes em 2010 resultaram em ganhos reais de até 2% acima da inflação. Em 2008 e em 2009, os ganhos reais nesta mesma faixa foram pouco maiores: 65% e 64%, respectivamente.

Ainda assim, em 2010, o número de negociações que resultaram em aumentos reais superiores a este patamar foi bem mais significativo que o observado nos dois anos anteriores, atingindo a marca de 25%, neste ano, contra 11%, em 2008, e 12%, em 2009. Vale ressaltar, ainda, que o número de reajustes acima de 5% do INPC-IBGE mais que triplicou entre 2009 e 2010, passando de 5 para 16 unidades de negociação.

Por outro lado, apenas 3% dos reajustes salariais em 2010 – frente aos 13% de 2008 e aos 7% de 2009 – ficaram abaixo da inflação. Além disso, os reajustes menores que a inflação se concentraram na faixa de até 1% abaixo do INPC-IBGE. Em 2008 e 2009, houve reajustes com perdas maiores.

Estes números sugerem que as categorias profissionais estão conseguindo colocar nas mesas de negociação a reposição da inflação passada

como um patamar mínimo para os reajustes salariais.

O melhor desempenho observado em 2010, em comparação aos dois anos anteriores, é um indicativo do bom momento por que passa a negociação coletiva brasileira, em sintonia com a evolução dos indicadores econômicos do país.

Dentre os fatores que contribuíram para o resultado dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2010, devem ser destacados a retomada vigorosa do crescimento econômico brasileiro, com reflexos no aumento da contratação de trabalhadores com registro em carteira; a queda nas taxas de desemprego; os aumentos reais concedidos ao salário mínimo oficial, que têm afetado positivamente as negociações das categorias profissionais de menor remuneração; menores taxas de inflação; e, não menos importante, o poder de negociação das entidades sindicais representativas dos trabalhadores.

Embora estes números sejam referentes apenas ao primeiro semestre, para o restante de 2010, é de se espe-

rar resultados ainda melhores. Boa parte das categorias com negociações no segundo semestre tem conquistado aumentos reais em torno de 5%. Em sintonia com a evolução dos indicadores econômicos do país, as negociações coletivas vêm indicando o desenho de um novo momento para o movimento sindical na conquista de bons resultados para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

¹ O Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2010 encontra-se na página eletrônica do DIEESE (www.dieese.org.br), disponível para sócios e assinantes.

² Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta num documento formalizado entre as partes.

³ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal índice inflacionário utilizado nas negociações salariais de todo o país.

ACT dos engenheiros da Ampla para 2010/2011

Em Assembleia, realizada no dia 07 de outubro de 2010, os engenheiros da Ampla discutiram a proposta apresentada pela empresa para o ACT 2010/2011 e deliberaram pela alteração das cláusulas relativas ao reajuste salarial e ao piso salarial dos engenheiros. O resultado da Assembleia Geral Extraordinária foi comunicado pelo SENGE-RJ, aguardando-se, agora, o pronunciamento da empresa para uma nova rodada de negociação.

As principais modificações aprovadas são:

Reajuste Salarial: 100% do INPC

acumulado no período outubro/2009 à setembro/2010 + 7,0% de ganho real aplicado sobre o salário reajustado.

Piso Salarial dos Engenheiros: Fica a Ampla obrigada a cumprir a Lei 4950-A/66, que instituiu o Salário Mínimo Profissional dos Engenheiros.

As demais cláusulas econômicas (ticket refeição, auxílio creche, auxílio funeral, auxílio aos pais de filhos com necessidades especiais) serão reajustadas pelo INPC pleno do período de outubro/2009 à setembro/2010.

Foi importante a presença da Assessoria Jurídica do SENGE-RJ, que teve

a oportunidade de fazer vários esclarecimentos aos engenheiros presentes à assembleia, no que diz respeito às questões de aspecto jurídico relacionadas com o ACT.

A Diretoria de Recursos Humanos da Ampla foi notificada através de ofício, no dia 08 de outubro de 2010, das decisões assumidas pelos Engenheiros da empresa, que, mais uma vez, deram prova de maturidade e entendimento da importância da participação deste segmento de profissionais em uma corporação, com atividades essencialmente técnicas, como é o caso da Ampla Energia e Serviços S/A.

SENGE-RJ completa 79 anos

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro completou, dia 22 de setembro, 79 anos de luta pelos direitos da categoria e em prol de um Brasil mais justo e democrático.



APOSENTADORIA

Profissionais podem rever parte das perdas

O advogado previdenciário, conselheiro da OAB-RJ e presidente da comissão de direito previdenciário da OAB-RJ, Leonardo Branco de Oliveira, esteve no SENGE-RJ, dia 5 de outubro, para explicar os diversos tipos de planos de aposentadoria e alertar que é possível entrar com ação judicial para rever possíveis perdas.

Os engenheiros que acharem que estão incluídos em algum plano de aposentadoria que implica perdas podem marcar uma consulta com o advogado Leonardo Branco, para a avaliação do caso, no SENGE-RJ, pelo telefone: (21) 3505-0707, ou e-mail: juridico@sengerj.org.br.

Desaposentadoria

“A desaposentadoria é quando o segurado do beneficiário do INSS aposentou, porém continuou trabalhando. Então ele tem o direito de pegar este tempo que ele continuou trabalhando e somar ao tempo do benefício anterior. É preciso fazer um cálculo antes e, se for mais vantajoso incluir este tempo que ele continuou trabalhando no cálculo do benefício anterior, pedir a renúncia da sua aposentadoria e requerer uma nova aposentadoria.

Hoje, nós temos pacificado casos assim no STJ, na quinta e sexta turma, e está sendo julgado. As perdas e ganhos só podem ser avaliadas através de cálculos feitos por contadores, para avaliar se, realmente, há ou não interesse de entrar com a ação. Ou seja, antes de entrar com qualquer tipo de ação, é preciso fazer um cálculo, para comprovar se desaposentando e reaposentando haverá um ganho expressivo.”

Ação contra Fator Previdenciário

“O STF, há mais de 4 anos, pacificou que o Fator Previdenciário é constitucional. Então, não se entra com ação contra o Fator Previdenciário. O que está surgindo agora é uma tese chamada Fator 85 e



Júlia Gaspar

Advogado especialista em direito previdenciário Dr. Leonardo Branco recebe engenheiros no SENGE-RJ para avaliar os cálculos da aposentadoria e entrar com ação judicial, no caso de erros

Fator 95, que significa somar a idade da pessoa com o tempo trabalhado, para a mulher chegar a 85 anos e para o homem chegar a 95 anos, com isso, o beneficiário teria a aposentadoria integral. Por exemplo, uma mulher que trabalhou 30

anos e está com 55 anos hoje, somando daria 85 anos, então ela entraria no Fator 85. A tendência é acabar o Fator Previdenciário e vir o Fator 85 e 95, mas isso apenas na próxima Reforma na Previdência, em 2011.”

Revisão do benefício da aposentadoria pelo exercício da profissão

“Este tema é importante, principalmente, para o Engenheiro Elétrico, Civil e de Minas. Até 1995, o benefício era por categoria, bastava aquela categoria estar incluída no decreto que o profissional teria aposentadoria especial. De 1995 até 1997, era preciso ter um laudo da empresa, informando que o profissional exercia uma atividade sujeita a insalubridade. Desde 1997, este laudo da empresa precisa ser assinado por um médico do trabalho ou por um engenheiro do trabalho, o que dificultou muito.

Com isso, foi cortada a periculosidade, como forma de aposentadoria especial. Mas há um detalhe muito importante: hoje estamos lutando para conseguir comprovar que a periculosidade leva a um grau de estresse e de deterioramento psíquico muito grande, com isso nós estamos conseguindo comprovar que a periculosidade leva à insalubridade, ou seja, faz mal à saúde. E, assim, conseguir enquadrar, através da periculosidade, a aposentadoria especial.”

Engenheiros aposentados antes do governo FHC

“Antes da Constituição de 1988, o benefício era vinculado ao número de salários mínimos que o profissional recebia na época da aposentadoria. A partir de 1988, isso acabou e passou a ser pelos índices gerados e dados pelo governo para esta aposentadoria. Mas o governo nem sempre deu os índices corretos para recompor as perdas inflacionárias, com isso, desde 1988 em diante, o aposentado vem perdendo gradativamente a sua capacidade de compra e o seu poder aquisitivo, porque o governo, sistematicamente, vem dando um aumento maior para o salário mínimo e menor para o aposentado. Por exemplo, neste ano, tivemos 7,7% de aumento para os aposentados e quase 20% para o salário mínimo. Então, há perdas anuais que vão deteriorando o salário do aposentado.”